sua existência mas sem a assinatura do respectivo escrivão, e bem assim da prova testemunhal que o arguido, ora recorrente, complementarmente fez e que era de admitir:

Hei por bem, sob proposta do Ministro das Finanças, e conformando-me com a consulta do Supremo Tribunal Administrativo, decretar a denegação de provimento no recurso, confirmando o acórdão recorrido, menos na parte em que julgou subsistente a transgressão por falta do pagamento de 9%02 de emolumentos judiciais, contribuição industrial e selos no processo de policia correccional requerido por Maria Filipe Ferreira, provendo nesta parte sómente o presente recurso.

O Ministro das Finanças assim o faça imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 31 de Julho, e publicado em 6 de Agosto de 1915.—
Joaquim Teófilo Braga — Vitorino Máximo de Carvalho Guimarães.

DECRETO N.º 1:795

Sendo-me presente a consulta do Supremo Tribunal Administrativo acerca do recurso n.º 14:906, oportuna e competentemente interposto do acórdão do Conselho da Direcção Geral das Contribuições e Impostos, de 8 de Maio de 1914, por José Martins da Costa Ribeiro, casado, negociante; do Crasto, freguesia de Campia, concelho de Vouzela, e relatado pelo vogal efectivo, Dr. João Marques Vidal:

Tendo, em 9 de Abril de 1914, a fiscalização dos impostos, com o fundamento de que o recorrente exercia, sem licença e pagamento do selo devido, a indústria de agente ou comissionado volante de emigração e passaportes, como se prova com a carta escrita em 3 de Março do mesmo ano a Anibal Pereira Ramos, levantado o auto de transgressão, de fl. 2, para o efeito de ao arguido ser imposta a multa correspondente ao selo devido e não pago, nos termos do artigo 101.º, verba 34 da tabela anexa à carta de lei de 24 de Maio de 1902 e do artigo 210.º do regulamento de 9 de Agosto do mesmo ano;

Havendo o secretário de finanças do concelho de Vouzela procedido, nos termos do decreto de 26 de Maio de 1911, à inquirição de testemunhas do auto de fl. 2 e das que o arguido indicou em sua defesa, e julgado, afinal, subsistente a transgressão, condenado o recorrente na multa de 500\$, por ser reincidente, e no selo devido de 100\$;

Mostrando-se que o Conselho da Direcção Geral das Contribuições e Impostos, para quem o arguido recorreu daquela decisão, a confirmou por entender que o recorrente praticara actos pelos quais deve ser considerado como agente ou comissionado volante de emigração e passaportes, e porque, tendo pedido no Governo Civil a licença que o habilitasse para o exercício daquela indústria, não a foi buscar, achando-se, portanto, a exercer a indústria sem licença, como aquele concelho conclui, provando-se, além disso, a reincidência;

Tendo sido ouvidos o Conselho recorrido e o Ministério Público, e tudo devidamente ponderado;

Considerando que a carta de fl. 3, escrita pelo arguido, ora recorrente, e Anibal Pereira Ramos se limita a indicar os preços das passagens em várias Companhias de navegação, com quem mantivera correspondência, porque, nos anos de 1912 e 1913, exercera a indústria de agente ou comissionado volante de emigração, e ainda declarar que a pessoa a quem a carta, a que respondia, se referia, não estaria nas condições de emigrar, por fraudulentamente se ter eximido ao serviço militar;

Considerando que, não sendo outros, além da carta de fl. 3, os actos atribuídos ao arguido, aquela, pelo seu conteúdo, não caracteriza, só por si, o exercício da indústria de agente ou comissionado volante de emigração

que, nos termos da verba 34 do artigo 101.º da tabela anexa à carta de lei de 24 de Maio de 1902, consiste em contratar ou recrutar emigrantes, venda ou entregar bilhetes de passagem, e habitualmente solicitar passaportes para fora do país;

Considerando que, em contrário da arguição que se lhe faz, o recorrente demonstra que não voltou a tratar na Administração do Concelho de Vouzela de assuntos referentes ao exercício da referida indústria, ou a solicitar noutras repartições papéis necessários para os passaportes de emigrantes;

Considerando que da circunstância do recorrente ter em 1914 solicitado a licença do Governo Civil para agente ou comissionado volante de emigração e de não a ter ido buscar, não é jurídico concluir que o arguido exercia, sem licença, a referida indústria, pois não autoriza a lei, artigo 104.º do regulamento de 9 de Agosto de 1912, semelhante ilação; pelo contrário, desde que manda pagar o selo antes de iniciados ou praticados os actos que dependem da licença, só há que presumir, até prova em contrário, que aqui se não faz, que semelhantes actos se não praticaram, não podendo, por outro lado, deprender-se da desistência da licença senão que também o recorrente desistiu de exercer a indústria para o exercício da qual ela era indispensável.

Considerando que não mais digna de ser ponderada é a circunstância do arguido não ter declarado senão em 3 de Abril de 1914 que tinha cessado o exercício da sua indústria, por isso que tal participação não pode deixar de referir-se ao ano em que o contribuinte é inscrito na matriz industrial; mas, fôsse ou não, a omissão só teria efeitos quanto à contribuição industrial e não quanto ao imposto do selo;

Considerando que dos autos não se teria mostrado que o arguido fôsse reincidente, pois não o prova a simples referência do secretário de finanças no seu despacho de fl. 16, pela simples razão de que não julga o juiz de sciência certa;

Considerando, portanto, que nos termos expostos, há que prover no recurso:

Hei por bem, sob proposta do Ministro das Finanças, e conformando-me com a mesma consulta do Supremo Tribunal Administrativo, decretar a concessão do provimento no recurso e revogar o acórdão recorrido.

O Ministro das Finanças assim o faça imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República em 31 de Julho de 1915, e publicado em 6 de Agosto de 1915.—
Joaquim Teófilo Braga — Vitorino Máximo de Carvalho Guimarães.

DECRETO N.º 1:796

Sendo-me presente a consulta do Supremo Tribunal Administrativo acerca do recurso n.º 15:109, oportuna e competentemente interposto por Manuel Francisco da Veiga, escrivão do juízo de direito da comarca de Cuba, do acórdão do Conselho da Direcção Geral das Contribuições e Impostos, de 20 de Outubro de 1914, relatado pelo vogal efectivo, Dr. João Marques Vidal:

Do auto de transgressão de fl. 2, de 5 de Agosto de 1914, mostra-se que no processo de justificação avulsa, em que são justificantes Maria Joana e outro, e justificados o Ministério Público e incertos, o recorrente deixara de pagar 4\$56 de selos dos autos e dum recibo, liquidados na conta de fl. 38 a 40, de 5 de Março de 1912, tendo sido pagos os emolumentos judiciais e contribuição industrial devidos ao Estado, como se vê da guia de fl. 41, de 6 de Fevereiro de 1914, e pagos todos os funcionários, como o provam os recibos exarados na referida conta.

Constitui a falta de pagamento da mencionada quantia, transgressão do artigo 142.º do regulamento do selo, de

9 de Agosto de 1902, alterado quanto ao prazo pelo decreto de 24 de Dezembro de 1903, e quanto à forma de pagamento pelo de 16 de Junho de 1911, com a agravante de ser esta a terceira vez que o infractor é autuado.

Confessa o infractor a transgressão, mas entende que só deve pagar o quintuplo e não o décuplo do sêlo devido.

Sem embargo disso, o secretário de finanças condenou o arguido na multa do décuplo do sêlo devido, sendo o seu despacho confirmado pelo acórdão de fls. 21, do Conselho da Direcção Geral das Contribuições e Impostos, não obstante o inspector de finanças e o juiz auditor serem de parecer contrário.

Alega o recorrente que a multa agora imposta devia ser do quintuplo da taxa do sêlo e não do décuplo, como o foi; porquanto, tendo sido pela segunda vez autuado em 4 de Março de 1914 por algumas transgressões, a última das quais praticada em 3 de Março, e sendo a transgressão, por que responde, cometida em 6 de Fevereiro do mesmo ano, não se comprehende que por ela seja multado no décuplo da taxa do imposto, quando por outras cometidas posteriormente foi multado no quintuplo.

O Ministério Público, no seu douto parecer de fls. 25, é de opinião que deve prover-se no recurso.

E tudo visto e devidamente ponderado:

Havendo-se o tribunal certificado da legitimidade das partes;

Tendo sido determinado no officio da Inspeção Geral do Sêlo, de 26 de Janeiro de 1897, que todas as transgressões encontradas na mesma ocasião se incluam em um só auto para o efeito de lhes ser applicado o mínimo da multa que, nos termos do artigo 2.º da lei de 24 de Maio de 1902 e artigo 210.º do regulamento de 9 de Agosto do mesmo ano, é o dôbro da taxa do imposto, se as infracções encontradas constituírem a primeira transgressão, o quintuplo se constituírem a segunda, o décuplo se constituírem a terceira, etc.;

Considerando que o recorrente foi em 4 de Março de 1914 autuado por diversas infracções cometidas, a última das quais em 3 do referido mês, e em consequência disso multado no quintuplo da taxa do imposto, por ser a segunda transgressão por elle praticada; ora

Considerando que, sendo a transgressão de que se trata de 6 de Fevereiro de 1914, e, portanto, anterior ao auto de 4 de Março, devia esta, segundo os princípios expostos, ser nele incluída para lhe ser applicada a mesma multa do quintuplo do sêlo devido, que lhe foi imposta pelas infracções naquele dia autuadas; e, se assim se não procedeu por culpa, erro ou negligência do empregado que inspeccionou o cartório e examinou os processos, não deve esta circunstância, que não é da responsabilidade do recorrente, agravar a sua situação, tanto mais que

Considerando que o agravamento da multa ou da pena nas transgressões se dá com relação às seguintes e não com relação às anteriores, como se pretende no acórdão recorrido e que, assim, estabeleceria doutrina contrária do disposto no artigo 36.º do Código Penal e artigo 2.º da lei de 24 de Maio e 210.º do regulamento de 9 de Agosto de 1902, não devendo esquecer-se a redacção da segunda parte do § 2.º do citado artigo 2.º, que não deixa a menor dúvida deste assêto quando diz: «Nas transgressões seguintes à terceira, os empregados, etc.».

Considerando, finalmente, que os fundamentos do recurso e bem assim as razões de direito do Ministério Público, juiz auditor, junto do Ministério das Finanças e inspector de finanças, são absolutamente procedentes:

Hei por bem, sob proposta do Ministro das Finanças, conformando-me com a consulta do Supremo Tribunal Administrativo, decretar a concessão do provimento no presente recurso.

O Ministro das Finanças assim o faça imprimir, publi-

car e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 31 de Julho e publicado em 6 de Agosto de 1915.—
Joaquim Teófilo Braga—Vitorino Máximo de Carvalho Guimarães.

DECRETO N.º 1:797

Sendo-me presente a consulta do Supremo Tribunal Administrativo, acêrca do recurso n.º 15:121, relatado pelo vogal efectivo, Dr. Alberto Cardoso de Meneses, e oportunamente interposto por Joaquim Cândido Pereira Magalhães e Silva, official do registo civil no concelho de Albufeira, do acórdão do Conselho da Direcção Geral das Contribuições e Impostos, que não conheceu da reclamação do recorrente contra a lotação do cargo:

Mostra-se que no *Diário do Governo* de 15 de Maio de 1914, publicou o Governo aquela lotação, fixada em 360\$; e em 20 de Junho seguinte foi o recorrente nomeado para o lugar de official, tomando posse em 1 de Julho, e pedindo logo a revisão do cálculo dos proventos, por exagerado e desconforme às bases legais;

Foi ouvido o Conselho, defendeu o recorrente a sua pretensão, e interpôs parecer o Ministério Público;

Tudo ponderado:

Considerando que ad tempo da criação e lotação do lugar de official do registo civil do concelho de Albufeira nenhum direito ou interesse do recorrente, nomeado muito depois dêsses factos, lhe facultava ou legitimava o recurso; e sendo já findo, quando ocorreu a nomeação, o prazo marcado no artigo 22.º, § 4.º, do regulamento de 31 de Dezembro de 1913, para impugnação contenciosa da lotação, assim convertida em definitiva para o serventário do cargo, também ao mesmo recorrente não ficou competindo, mais que aos precedentes serventários, a esse tempo privados do direito de recurso:

Hei por bem, sob proposta do Ministro das Finanças, conformando-me com a referida consulta, nos termos dos artigos 354.º, n.º 2.º, e 355.º do Código Administrativo de 1896, decretar a denegação do provimento no recurso.

O Ministro das Finanças assim o faça imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 31 de Julho e publicado em 6 de Agosto de 1915.—
Joaquim Teófilo Braga—Vitorino Máximo de Carvalho Guimarães.

4.ª Repartição

DECRETO N.º 1:798

Sendo-me presente a consulta do Supremo Tribunal Administrativo acêrca do recurso n.º 15:055, em que é recorrente Álvaro Botelho, e recorrido o Ministro das Finanças:

Álvaro Botelho, ex-aspirante de finanças do concelho de Santa Cruz da Graciosa, tendo em tempo requerido, pela Direcção Geral das Contribuições e Impostos, a sua exoneração do referido cargo, para ser reintegrado nos termos do primeiro requerimento, e tendo-lhe sido indeferida a petição por despacho ministerial de 7 de Fevereiro de 1914, documento de fl. . . ., do mesmo despacho recorre para este Tribunal, alegando:

— que o requerente, quando em 1907 tinha pedido a sua exoneração, a tinha requerido com a condição de ser reintegrado em tempo oportuno, tendo tido o despacho—exonerado como requereu;

— que, não obstante a certidão de fl. . . . dizer que o despacho foi—seja exonerado—, era porque a exoneração era dada nos termos em que fôra requerida;

— que, quando o recorrente requereu a sua demissão em 1907, estava em vigor o decreto n.º 1, de 24 de Dezembro de 1901, que no artigo 31.º dispunha: «que os empregados e exactores de fazenda que forem exonera-